

A DESIGUALDADE DE RENDA E SUA RELAÇÃO COM A DISTRIBUIÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL

Walcir Soares da Silva Junior*

Resumo

Os estudos mais recentes, ao mesmo tempo em que têm observado um avanço em relação à redução das desigualdades educacionais, mostram que alguns países, como, por exemplo, o Brasil, ainda possuem um atraso muito grande com relação à igualdade educacional. No entanto, mesmo que lentamente, são observadas reduções nas desigualdades tanto educacional como de renda, apesar do dilema de políticas que influenciem diretamente a redução da desigualdade de renda e a desigualdade educacional. A recente redução da desigualdade também tem forte associação com a educação. No entanto, a segmentação do mercado de trabalho, a discriminação de gênero ou racial, e a desigualdade na experiência são outros fatores que também têm impacto significativo na desigualdade. Ainda assim, a educação tem um papel bastante preponderante na desigualdade de renda. Além do fato de que como políticas públicas educacionais são mais fáceis de serem colocadas em prática que políticas voltadas ao mercado de trabalho, este se torna um bom incentivo para agir em prol da melhora na desigualdade de renda.

Palavras-chave: desigualdade educação, desigualdade de renda, índice de Gini Educacional, crescimento econômico.

Abstract

More recent studies, while they have seen an improvement on the reduction of educational inequalities show that some countries, such as Brazil, still have a long delay with respect to educational equality. However, even if slowly, are observed reductions in both educational inequalities as income despite the dilemma of policies that directly influence the reduction of income inequality and educational inequality. The recent reduction in inequality also has a strong association with education. However, the segmentation of the labor market, discrimination, gender, race, and inequality in experience are other factors that also have significant impact on inequality. Nevertheless, education has a very prominent role in income inequality. Besides the fact that how educational policies are easier to put in place policies that focused on the labor market, this becomes a good incentive to act in favor of the improvement in income inequality.

Keywords: education inequality, income inequality, the Gini index Educational, economic growth.

* Doutorando e Mestre em Desenvolvimento Econômico pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da Universidade Federal do Paraná (PPGDE/UFPR). E-mail:wssjunior@terra.com.br

1. INTRODUÇÃO

Estudos na área da economia da educação se preocupam não mais em discutir se a educação afeta o crescimento e desenvolvimento econômicos, mas sim entender os canais pelos quais se dá esse crescimento e desenvolvimento, e permitir aos gestores de política tomar as decisões corretas dados os recursos escassos.

O intuito deste trabalho é dar um panorama exploratório de toda a literatura envolvendo a educação, a desigualdade desta, e as relações entre a desigualdade educacional e a desigualdade de renda. Os estudos mais recentes, ao mesmo tempo em que têm observado um avanço em relação à redução das desigualdades educacionais, mostram que alguns países, como, por exemplo o Brasil, ainda possuem um atraso muito grande com relação à igualdade educacional. No entanto, mesmo que lentamente, são observadas reduções nas desigualdades tanto educacional como de renda, mas ainda assim, existe um dilema entre políticas que influenciem diretamente a redução da desigualdade de renda e a desigualdade educacional.

Os grandes responsáveis pela teoria do capital humano, Schultz, Becker e Mincer fizeram parte da geração acadêmica preocupada em mensurar os retornos da educação. A partir de meados dos anos 1960, a preocupação acadêmica com a associação entre renda e educação começou a aumentar, e a educação passou a ser vista também como investimento, que através do aumento da produtividade do trabalhador, elevaria sua renda.

A partir dos anos 1970, a corrente credencialista passou a questionar essa ideia de aumento da produtividade, atribuindo a elevação da renda, simplesmente a uma remuneração às habilidades inatas do trabalhador, sendo a escolaridade apenas uma forma de sinalizar as boas habilidades do indivíduo. Apesar de divergirem no

argumento, as duas teorias dizem que um aumento no nível de educação gera um aumento no nível da renda. (BOWLES, 1975).

As décadas de 1980 e 1990 tinham como desafio, então, testar empiricamente as duas teorias, e descobrir qual das duas se adequava mais à realidade. Uma das principais descobertas foi a de que cada ano de escolaridade formal gera um aumento de aproximadamente 10% na renda média do trabalhador, sendo que no máximo 20% deste aumento é explicado pela sinalização. Em outras palavras, no mínimo cada ano de escolaridade eleva a renda em 8% em média, pelo aumento da produtividade. (BARBOSA FILHO e PESSOA, 2009).

Já a relação entre escolaridade e crescimento econômico é mais problemática. Diversos obstáculos como qual modelo utilizar, que variável melhor representa o nível educacional, erros de medida, endogeneidade e omissão de variáveis, dificultaram a análise por diversos anos. Após resultados não significantes por conta dos erros de medida, os últimos trabalhos chegaram a algumas conclusões interessantes: cada ano de escolaridade medido pelo PEA (população economicamente ativa) eleva a renda em 7% aproximadamente – um resultado modesto em relação às previsões anteriores, mas suficiente para explicar diferenças entre as rendas *per capita* de diversos países. (BARBOSA FILHO e PESSOA, 2009).

Comparecer à escola acarreta custos, sejam eles financeiros ou econômicos, mas se supõe também – como dado pela teoria do capital humano - que o benefício gerado é o aumento da produtividade que a educação propicia. Esse aumento no produto marginal por trabalhador, por sua vez, leva a um aumento na renda. Assim, a política educacional pode levar à redução da distribuição de renda, através do aumento desta. No entanto, nessa análise, a suposição do autor de que os indivíduos recebem como salário o seu produto marginal, pode ser

deveras forte, e por esse motivo não é possível estabelecer uma relação causal a partir desta análise. (VELLOSO, 1979).

Castello e Doménech (2002), também encontram que a desigualdade educacional tem impacto negativo no crescimento econômico. No entanto, em alguns estudos como, por exemplo, Benhabib e Spiegel (1994), a correlação entre educação e crescimento econômico é insignificante. Seguindo a metodologia de Shorrocks (1980), uma importante contribuição de Ramos (1991) decompôs a variação de desigualdade entre dois instantes de tempo de acordo com o tipo fenômeno responsável por essa variação, no período de 1977/81 e 1981/85, e constatou que a educação – embora perca importância quando a análise leva em conta a variação da desigualdade – é a variável mais importante na explicação da desigualdade de renda. O autor chega também à importante e contraditória conclusão de que as variações em escolaridade de 1977 a 1981, e depois de 1981 a 1985 provocaram um aumento na desigualdade de renda.

Apesar das evidências em prol da teoria do capital humano, a hipótese credencialista não pode ser descartada, ainda mais se tratando do caso brasileiro. A recente demanda por mais recursos para a educação, e seu efeito no aumento do prêmio salarial para escolaridade, não reflete um aumento proporcional na produtividade dos indivíduos. Pelo contrário, os investimentos educacionais enfrentam um sério problema de risco moral, onde os incentivos para aumentar as credenciais dos trabalhadores são grandes, mas não levam em conta a qualidade da educação. Assim, os trabalhadores preferem se educar ao menor custo possível, auferindo grandes ganhos salariais, sem que isso reflita aumento nas suas competências, colocando o país em conflito na questão de se investir ainda mais em educação, sendo que a quantidade de recursos brasileira nesta área,

em relação aos outros países, já é bastante significativa. (SCHWARTZMAN, 2001).

Assim, deve-se salientar que esta análise inclui questões meramente quantitativas. O problema com a qualidade educacional tem sido um dos pontos mais importantes da literatura atual, e tem efeito generalizado sobre as variáveis econômicas. Os efeitos da qualidade educacional explicando o crescimento econômico têm sido positivos e significativos em uma quantidade não-negligenciável de trabalhos. No entanto, para o intuito imediato, essa análise não é pertinente.⁵

2. OS INVESTIMENTOS EM EDUCAÇÃO E A RESISTÊNCIA DA DESIGUALDADE EDUCACIONAL NO BRASIL

Além dos efeitos sobre a renda e o crescimento econômico, todos sustentados por evidências empíricas, em sua maioria, robustas, a educação possui muitos outros efeitos positivos sociais. O aumento da educação de um grupo que interage com determinado indivíduo, por exemplo, pode aumentar também a sua produtividade. E ainda assim, há outros motivos que justificam os investimentos em educação, alguns deles não especificamente voltados ao mercado de trabalho, mas para outras atividades que o indivíduo possa exercer. Deste ponto de vista, os retornos estão subestimados, pois não levam em conta os retornos sociais da educação, que provavelmente ultrapassam os retornos privados. (GROSSMAN, 2006, in BARBOSA FILHO e PESSOA, 2009).

A medida de desigualdade de renda nem sempre representa uma boa medida para distribuição de riqueza por não considerar o capital humano. Modelos mais recentes têm se preocupado com essa questão, considerando também nas análises

⁵ Para mais informações sobre os efeitos da qualidade educacional, ver Hanusheck e Kimko (2000).

da relação entre desigualdade e crescimento o estoque de capital humano. Para o caso brasileiro, a pergunta que se faz é se as desigualdades educacionais regionais podem explicar a grande desigualdade de renda observada, e a grande lentidão que ocorre na convergência regional. (BAGOLIN e PORTO JÚNIOR, 2003).

Quando uma sociedade é muito pobre, poucas pessoas têm acesso à educação, ou seja, a desigualdade educacional é pequena. A partir do momento em que começa a haver acumulação de educação, há inicialmente uma piora na desigualdade educacional, que começa a reverter entre os 4 e 7 anos de escolaridade média do PEA, a partir dos quais um aumento no capital humano sempre reduz a desigualdade educacional, o que já está ocorrendo no caso brasileiro nos últimos anos. (BARBOSA FILHO e PESSOA, 2009).

Com relação ao passado, muito se constatou de progressos em relação à educação, a variância dos anos de escolaridade teve um pico em meados da década de 1950 e tem caído desde então. (LAM e LEVISON, 1990). Apesar de constatada, no entanto, essa redução no déficit educacional dentro dos países nos últimos anos, não reflete a desigualdade regional, seja por gênero ou cor, no acesso aos altos níveis educacionais, sendo este um dos principais obstáculos no combate à pobreza. Assim, a desigualdade absoluta e relativa na escolaridade da população brasileira é um dos principais determinantes da concentração de renda, devido ao grande prêmio salarial e escassez de mão-de-obra. (BARROS et al., 2002). Assim, a despeito de vários avanços recentes, o Brasil ainda continua enfrentando um grande problema de desigualdade educacional – desigualdade essa agravada quando em comparação com outros países. (BAGOLIN e PORTO JÚNIOR, 2003).

Castelló e Doménech (2002) apresentam em seu trabalho uma medida

para desigualdade de capital humano, e afirmam que esta medida propicia mais robustez aos resultados que a medida de desigualdade de renda na estimação de equações de crescimento e investimento. Bagolin e Porto Júnior (2003), por sua vez, estimaram para o Brasil um índice de Gini educacional para a população acima de 14 anos no período entre 1986 e 2001, segundo a metodologia de Thomas et al. (2000), utilizando dados relativos aos anos de escolaridade como a taxa média de matrículas nos vários níveis de escolarização. O autor cita que uma alternativa para esta medida seria analisar a evolução do desvio-padrão ou do coeficiente de variação do nível de escolaridade entre regiões. No entanto, esse tipo de análise exige a suposição de igualdade do produto marginal dos trabalhadores, e também não capta mudanças na média da distribuição dos anos de escolaridade a cada ano.⁶

Observando a tabela 1, percebe-se um declínio no Gini educacional para o Brasil como um todo, significando uma redução da desigualdade no período. De um índice de 0,3451 em 1983, o país passa para 0,343 em 2001. Essa queda fica ainda mais acentuada se considerarmos a partir dos anos 1990, onde o índice era de 0,3723 em 1992. A tabela também mostra, que muitos estados, incluindo todos os estados da região nordeste, a saber, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, e Bahia começam e terminam o período com desigualdade superior à média nacional. Já para todos os estados do sul, e alguns do sudeste, como São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, ocorre exatamente o contrário: começam e terminam o período com menor desigualdade que a média do país, sendo a exceção apenas Minas Gerais, que começa o período com índice maior que a média, mas que também, em 2001, já possui um índice bem menor (o único também do sudeste que

⁶ Para ver mais detalhes na estimação do índice de Gini Educacional, ver Bagolin e Porto Júnior, 2003.

teve piora no final do período). É clara a enorme discrepância em termos de desigualdade educacional em todo o país, especialmente em relação ao sul e ao nordeste.

A tabela ainda mostra que os estados mais desiguais com relação à educação são justamente aqueles com maior desigualdade de renda. O estado de menor índice, em 2001 é o de Santa Catarina, com um índice de 0,2726. Já o estado de maior índice também em 2001 é o de Alagoas, com 0,4507. Um detalhe curioso, é que no início do período, Santa Catarina também era o estado menos desigual com relação à educação, e seu índice, apesar de ainda ser o menor, piorou durante o período. Para Alagoas, no ano de 1983 não há dados disponíveis, mas pelo índice de 1984, de 0,5658, pode-se presumir que se não era o pior, estava entre os piores no ano anterior.

Uma última observação, dos estados da região norte, Roraima e Amapá em 2001 são os mais desiguais em relação à educação, e no final do período, tiveram seus índices aumentados, indicando uma quebra estrutural em relação ao resto do país, indicando um sério problema de desigualdade educacional na região, pois a grande onda de redução de desigualdade que afetou a maior parte do país, ao fim do período, teve efeitos perversos nesta região.

No entanto, Bagolin e Porto Júnior (2003) utilizando uma regressão de crescimento de Barro e aplicando testes cross-section, encontraram que não há, para o caso brasileiro, uma relação negativa entre desigualdade educacional e crescimento regional no Brasil. A interpretação dos autores é de que o Brasil ainda não alcançou o estágio em que o crescimento é acompanhado por melhoras na distribuição educacional e de renda.

3. EDUCAÇÃO E DESIGUALDADE DE RENDA

Nas duas análises, tanto da educação com o crescimento quanto da educação com

desigualdade de renda, a educação é considerada um bem econômico. Em outras palavras, a educação gera custos e benefícios, e seu valor será estabelecido pela interação entre a oferta e a demanda. Como em Velloso (1979), a suposição base para esta análise é a de que a educação aumenta a produtividade marginal do trabalhador. Em caráter de análise iremos utilizar essa suposição, mas não se pode ignorar a crítica feita por Schwartzman (2001), de que no Brasil a hipótese credencialista provavelmente ocorre, e, portanto, qualquer política deve levar em consideração a qualidade da educação.

Para Langoni (1973), em seu trabalho sobre desigualdade de renda, as diferenças educacionais na força de trabalho são o principal determinante da desigualdade na renda. São através de pelo menos dois principais fatores que a educação afeta a desigualdade de renda: o grau da desigualdade educacional e a diferença na remuneração paga por uma mão de obra com mais e menos escolaridade. (BARROS e MENDONÇA, 1995).

O Brasil, entretanto, ainda está entre os países com maior desigualdade. A renda dos 10% mais ricos era, em 1995, em média 29 vezes maior que dos indivíduos entre os 40% mais pobres para 36 dos 55 países analisados. Para os EUA, esse número era de 5,4%. Já a Índia, tinha um número de 8,3%. A Argentina tinha uma razão de exatamente 10%, contra uma razão de 28,9% para o Brasil, indicando que este era, de longe, o país com maior nível de desigualdade. (BARROS e MENDONÇA, 1995). O gráfico 1, com dados de 2001, mostra que o Brasil só perdia em desigualdade de renda para África do Sul e Malavi, o que o faz distante de ser razoável em termos de justiça distributiva.

O histórico brasileiro mostra um aumento da desigualdade de renda no Brasil de 1960 a 1990. Na década de 1960, metade desta desigualdade era explicada pela

educação, e levando em consideração todo o período de 1960 a meados de 1990, o poder explicativo da educação é de 30% a 50%. (BARBOSA FILHO e PESSOA, 2009). Já a desigualdade educacional brasileira também exibe números surpreendentes: 15% da força de trabalho não possuía nenhum grau de instrução em 1995, e neste mesmo ano, apenas 10% da população possuía ensino superior, o que vem, felizmente, se revertendo nos últimos anos, mesmo que de maneira lenta. (BARROS e MENDONÇA, 1995).

A recente redução da desigualdade (redução no índice de Gini de 8% entre 1994 e 2007, de 0,646 para 0,593) também tem forte associação com a educação. 20% a 40% desta queda é contribuição do mercado de trabalho, número em que 2/3 correspondem à redução do prêmio educacional, e 1/3 à redução da desigualdade da educação. (BARBOSA FILHO e PESSOA, 2009).

Utilizando uma medida alternativa para desigualdade, a saber, o índice de Theil-L, Barros e Reis (1990) encontraram que cerca de 50% da desigualdade de salários no Brasil é advinda da desigualdade educacional, percentual esse que no período analisado pelo autor não demonstrava redução com o tempo, mas variava bastante entre regiões.

Na tabela 2 pode-se observar que assim como na desigualdade educacional, a desigualdade de renda no país é bastante discrepante no âmbito regional. Em média, a desigualdade de renda no país de 1983 a 2001 piorou, de um índice de 0,5534 para 0,5740. Em 1983, o estado com maior desigualdade pertencia à região nordeste do país, a saber, o Rio Grande do Norte, com um índice de 0,6122. Em todo o período, os estados com maior desigualdade de renda sempre foram os das regiões norte e nordeste, com exceções apenas em 1996, quando Tocantins tinha um maior índice e em 1986 e 1988, quando Espírito Santo era o estado mais desigual. Apenas Roraima e Amapá se destacam como estados com

menor desigualdade do país em vários anos do período.

No entanto, mesmo com uma piora observada no período em relação à média do índice de desigualdade do país como um todo, a partir do ano de 1997 a desigualdade vem sendo reduzida constantemente, de um índice de 0,5822 em 1997 para 0,5740 em 2001. Mesmo sendo um índice bastante alto, em comparação com ele mesmo em outros períodos, sinaliza uma melhora na distribuição de renda como efeito das últimas políticas adotadas.

A tabela 3, apesar de não mostrar as grandes diferenças dentro do estado, já observadas anteriormente, indica as grandes diferenças regionais existentes no Brasil. Até a década de 1990, a disputa entre as regiões mais desiguais era acirrada entre o nordeste e o centro-oeste. No entanto, a partir de 1990, o nordeste se solidificou como região mais desigual do país, tendo seu ápice em meados da década, e aos poucos convergindo para a onda de diminuição da desigualdade pela qual o país passa atualmente. Esse descolamento pode ser melhor observado no gráfico 2.

É importante citar também, que há outros fatores que não a educação na determinação da desigualdade de renda. A segmentação do mercado de trabalho, a discriminação de gênero ou racial, e a desigualdade na experiência são outros fatores que também têm impacto significativo na desigualdade. Para o Brasil, por exemplo, no início da década de 2000, a educação explicava 25% a 50% desta desigualdade, tendo em segundo lugar a segmentação do mercado de trabalho, explicando de 5% a 15%. (BARBOSA FILHO e PESSOA, 2009). Mas percebe-se que ainda assim, a educação tem um papel bastante preponderante na desigualdade de renda. Além do fato de que como políticas públicas educacionais são mais fáceis de serem colocadas em prática que políticas voltadas ao mercado de trabalho, este se torna um bom incentivo para agir em prol da melhora na desigualdade de renda.

4. CONCLUSÕES

Apesar dos avanços observados em relação à redução das desigualdades educacionais, alguns países como o Brasil, por exemplo, ainda possuem um atraso muito grande com relação à igualdade educacional. Ainda que reduções nas desigualdades tanto educacional como de renda sejam registradas, existe um dilema entre políticas que influenciem diretamente a redução da desigualdade de renda e a desigualdade educacional.

A literatura sobre desigualdade de renda mostra que as diferenças educacionais na força de trabalho são o principal determinante da desigualdade, e são através de pelo menos dois principais fatores que a educação afeta a desigualdade de renda: o grau da desigualdade educacional e a diferença na remuneração paga por uma mão de obra com mais e menos escolaridade. (BARROS e MENDONÇA, 1995, e LANGONI, 1973).

No entanto, apesar da redução na desigualdade educacional nos últimos anos, o Brasil ainda está entre os países com maior desigualdade de renda. A renda dos 10% mais ricos era, em 1995, em média 29 vezes maior que dos indivíduos entre os 40% mais pobres para 36 dos 55 países analisados. Para os EUA, esse número era de 5,4%. Já a Índia, tinha um número de 8,3%. A Argentina tinha uma razão de exatamente 10%, contra uma razão de 28,9% para o Brasil, indicando que este era, de longe, o país com maior nível de

desigualdade. (BARROS e MENDONÇA, 1995).

O histórico brasileiro mostra um aumento da desigualdade de renda no Brasil de 1960 a 1990. Na década de 1960, metade desta desigualdade era explicada pela educação, e levando em consideração todo o período de 1960 a meados de 1990, o poder explicativo da educação é de 30% a 50%. (BARBOSA FILHO e PESSOA, 2009). Já a desigualdade educacional brasileira também exibe números surpreendentes: 15% da força de trabalho não possuía nenhum grau de instrução em 1995, e neste mesmo ano, apenas 10% da população possuía ensino superior, o que vem, felizmente, se revertendo nos últimos anos, mesmo que de maneira lenta. (BARROS e MENDONÇA, 1995).

É importante salientar também, que há outros fatores que não a educação na determinação da desigualdade de renda. A segmentação do mercado de trabalho, a discriminação de gênero ou racial, e a desigualdade na experiência são outros fatores que também têm impacto significativo na desigualdade. Para o Brasil, por exemplo, no início da década de 2000, a educação explicava 25% a 50% desta desigualdade, tendo em segundo lugar a segmentação do mercado de trabalho, explicando de 5% a 15%. (BARBOSA FILHO e PESSOA, 2009). Mas percebe-se que ainda assim, a educação tem um papel bastante preponderante na desigualdade de renda. Além do fato de que como políticas públicas educacionais são mais fáceis de serem colocadas em prática que políticas voltadas ao mercado de trabalho, este se torna um bom incentivo para agir em prol da melhora na desigualdade de renda.

Tabela 1: Evolução do índice de Educação para brasileiros com 10 anos ou mais e por Estado, (1983-2001).

Estados	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001
ACRE							0,3328	0,3914	0,3417	0,3669	0,3712	0,3540	0,3670	0,3578
Amapá							0,3387	0,3685	0,3473	0,3583	0,3048	0,3111	0,2487	0,2944
Rondônia							0,3238	0,3202	0,3222	0,3234	0,3306	0,2989	0,3230	0,3255
Roraima							0,3243	0,2906	0,3061	0,3070	0,3347	0,3067	0,2773	0,3589
Amazonas	0,3161	0,3201	0,3184	0,3040	0,3198	0,3274	0,3225	0,3423	0,3234	0,3475	0,3329	0,3297	0,3219	0,3109
Pará	0,3192	0,3221	0,3150	0,3174	0,3191	0,3198	0,3360	0,3366	0,3202	0,3291	0,3356	0,3394	0,3258	0,3109
Mato Grosso do Sul	0,2947	0,3517	0,3406	0,3399	0,3437	0,3519	0,3339	0,3329	0,3263	0,3460	0,3286	0,3321	0,3272	0,3240
Mato Grosso	0,2966	0,3445	0,3540	0,3578	0,3583	0,3614	0,3321	0,3321	0,3307	0,3180	0,3318	0,3155	0,3160	0,3208
Goiás	0,3029	0,3710	0,3663	0,3673	0,3640	0,3533	0,3469	0,3461	0,3288	0,3374	0,3312	0,3222	0,3237	0,3207
Tocantins							0,3733	0,3391	0,3765	0,3870	0,3728	0,3773	0,3644	0,3526
Distrito Federal	0,2340	0,3075	0,3103	0,3058	0,2977	0,2974	0,3035	0,2950	0,2911	0,2941	0,2814	0,2795	0,2792	0,2780
Minas Gerais	0,3471	0,3440	0,3454	0,3391	0,3431	0,3371	0,3320	0,3203	0,3198	0,3216	0,3155	0,3156	0,3162	0,3187
Espirito Santo	0,3042	0,3775	0,3660	0,3557	0,3673	0,3668	0,3412	0,3341	0,3360	0,3340	0,3251	0,3210	0,3160	0,3176
Rio de Janeiro	0,2467	0,3181	0,3138	0,3119	0,3159	0,3131	0,3159	0,3092	0,3015	0,3017	0,3031	0,2948	0,2938	0,2871
São Paulo	0,2450	0,3196	0,3145	0,3109	0,3085	0,3073	0,3101	0,3006	0,3014	0,3020	0,2986	0,2949	0,2915	0,2863
Paraná	0,2862	0,3393	0,3337	0,3459	0,3308	0,3331	0,3305	0,3223	0,3210	0,3195	0,3158	0,3144	0,3150	0,3164
Santa Catarina	0,1857	0,2673	0,2668	0,2727	0,2602	0,2755	0,2848	0,2733	0,2754	0,2740	0,2726	0,2754	0,2732	0,2726
Rio Grande do Sul	0,2252	0,2946	0,2859	0,2900	0,2924	0,2927	0,2875	0,2830	0,2883	0,2888	0,2850	0,2836	0,2820	0,2833
Maranhão	0,5578	0,5309	0,5492	0,5298	0,5335	0,5183	0,4780	0,4797	0,4673	0,4818	0,4700	0,4297	0,4390	0,3899
Piauí	0,5575	0,5448	0,5398	0,5341	0,5593	0,5119	0,4772	0,4777	0,4609	0,4642	0,4555	0,4684	0,4331	0,4316
Ceará	0,2811	0,5325	0,5199	0,5113	0,5242	0,5023	0,4836	0,4693	0,4590	0,4460	0,4356	0,4153	0,4031	0,3940
Rio Grande do Norte	0,4638	0,4652	0,4595	0,4496	0,4632	0,4271	0,4150	0,4211	0,4018	0,4059	0,3918	0,3764	0,3836	0,3662
Paraíba	0,5076	0,4898	0,4962	0,4965	0,4816	0,4798	0,4828	0,4638	0,4605	0,4482	0,4420	0,4319	0,4083	0,4219
Pernambuco	0,4658	0,4663	0,4542	0,4329	0,4339	0,4300	0,4296	0,4149	0,4123	0,4036	0,3966	0,3898	0,3860	0,3798
Alagoas		0,5658	0,5651	0,5636	0,5221	0,5128	0,4907	0,4824	0,4954	0,5038	0,4894	0,4856	0,4468	0,4507
Sergipe		0,5114	0,4860	0,5151	0,4965	0,4633	0,4381	0,4071	0,3993	0,4094	0,4002	0,3861	0,3938	0,3717
Bahia	0,4640	0,4610	0,4740	0,4581	0,4619	0,4671	0,4882	0,4599	0,4448	0,4309	0,4002	0,4129	0,3991	0,4033
Máximo	0,5578	0,5658	0,5651	0,5636	0,5593	0,5183	0,4907	0,4824	0,4954	0,5038	0,4894	0,4856	0,4468	0,4507
Mínimo	0,1857	0,2673	0,2668	0,2727	0,2602	0,2755	0,2848	0,2733	0,2754	0,2740	0,2726	0,2754	0,2732	0,2726
Média	0,3451	0,402	0,3988	0,3959	0,3953	0,3886	0,3723	0,3672	0,3614	0,3648	0,3586	0,3504	0,3428	0,343

Fonte: Bagolin e Porto Júnior (2003). Dados da PNAD.

Tabela 2: Evolução da desigualdade de renda no Brasil - coeficiente de Gini

...conclusão

Estados	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001
Acre	0,5713	0,6151	0,5433	0,5037	0,5710	0,6044	0,5596	0,5532	0,5823	0,6330	0,5744	0,5705	0,6213	0,6249
Amazonas	0,5130	0,4853	0,5381	0,5015	0,5078	0,5506	0,5489	0,5550	0,5763	0,5457	0,5894	0,5799	0,5443	0,5757
Amapá	0,5383	0,4773	0,4812	0,4593	0,4639	0,4812	0,4616	0,6577	0,5345	0,5190	0,5697	0,5788	0,5426	0,4756
Pará	0,5446	0,5411	0,5596	0,5452	0,5506	0,5676	0,5489	0,5886	0,5619	0,5794	0,5731	0,5646	0,5558	0,5510
Rondônia	0,4845	0,5006	0,4884	0,4586	0,5246	0,5629	0,5464	0,5416	0,5872	0,5365	0,5541	0,5500	0,5587	0,5484
Roraima	0,3934	0,3945	0,5024	0,4421	0,4641	0,5866	0,5336	0,5328	0,4256	0,4508	0,4431	0,5091	0,5122	0,5378
Distrito Federal	0,5891	0,6013	0,6049	0,6022	0,5798	0,6040	0,6024	0,6194	0,5807	0,5928	0,5920	0,6223	0,6276	0,6248
Goiás	0,5562	0,5651	0,5777	0,5764	0,5860	0,6068	0,5872	0,5935	0,5561	0,5844	0,5497	0,5775	0,5595	0,5674
Mato G. do Sul	0,5621	0,5531	0,5446	0,5479	0,5578	0,6387	0,5853	0,5648	0,5553	0,5871	0,5760	0,5410	0,5563	0,5709
Mato Grosso	0,5446	0,5540	0,5415	0,5951	0,6133	0,6235	0,5165	0,5794	0,5548	0,5739	0,6099	0,5762	0,5444	0,5709
Tocantins							0,5917	0,5335	0,6317	0,6379	0,6253	0,6138	0,5580	0,5992
Espírito Santo	0,6001	0,5770	0,5963	0,6147	0,6245	0,6574	0,5583	0,5850	0,6011	0,5806	0,5731	0,5815	0,5770	0,5940
Minas Gerais	0,5967	0,5848	0,5941	0,5798	0,5926	0,6100	0,5675	0,5898	0,5883	0,5702	0,5846	0,5695	0,5642	0,5605
Rio de Janeiro	0,5658	0,5666	0,5806	0,5729	0,5796	0,5888	0,5497	0,5819	0,5727	0,5776	0,5727	0,5737	0,5555	0,5719
São Paulo	0,5322	0,5313	0,5294	0,5226	0,5261	0,5352	0,5184	0,5444	0,5382	0,5327	0,5374	0,5418	0,5417	0,5534
Paraná	0,5740	0,5734	0,5705	0,5753	0,5793	0,5753	0,5484	0,5764	0,5807	0,5774	0,5713	0,5673	0,5800	0,5661
Rio G. do Sul	0,5555	0,5532	0,5596	0,5487	0,5664	0,5828	0,5354	0,5564	0,5637	0,5618	0,5526	0,5609	0,5641	0,5542

Tabela 2: Evolução da desigualdade de renda no Brasil - coeficiente de Gini

...conclusão

Santa Catarina	0,5382	0,5380	0,5260	0,5211	0,5430	0,5513	0,5452	0,5112	0,5369	0,5222	0,5287	0,5222	0,5204	0,4975
Alagoas	0,5501	0,5457	0,5560	0,5617	0,5782	0,5702	0,5832	0,6333	0,6436	0,6348	0,6225	0,6194	0,5880	0,6072
Bahia	0,5961	0,5838	0,5972	0,5778	0,6069	0,6280	0,5941	0,6424	0,6064	0,6349	0,6121	0,5956	0,5853	0,5938
Ceará	0,5951	0,5802	0,6190	0,5987	0,6190	0,6455	0,6054	0,6275	0,6172	0,6288	0,6236	0,6180	0,6130	0,6124
Maranhão	0,5555	0,5175	0,5046	0,5422	0,5291	0,5529	0,5255	0,6072	0,5792	0,6010	0,6186	0,6053	0,5749	0,5742
Paraíba	0,5918	0,5441	0,6091	0,5792	0,6143	0,6277	0,5902	0,6489	0,6150	0,5991	0,6328	0,6402	0,6560	0,5966
Pernambuco	0,5646	0,5581	0,5775	0,5555	0,5960	0,6189	0,5883	0,6209	0,5745	0,6054	0,5931	0,5984	0,6041	0,6167
Piauí	0,5363	0,5981	0,6488	0,5939	0,6559	0,6466	0,6153	0,6175	0,5878	0,5901	0,6215	0,5945	0,5994	0,5984
Rio G. do Norte	0,6122	0,5924	0,6007	0,5569	0,6251	0,6225	0,6044	0,5778	0,5969	0,6076	0,5970	0,5984	0,5970	0,5819
Sergipe	0,5266	0,5418	0,5578	0,5451	0,5837	0,6189	0,5925	0,6096	0,5852	0,6063	0,6202	0,6166	0,6243	0,5714
Mínimo	0,3934	0,3945	0,4812	0,4421	0,4639	0,4812	0,4616	0,5112	0,4256	0,4508	0,4431	0,5091	0,5122	0,4756
Máximo	0,6122	0,6151	0,6488	0,6147	0,6559	0,6574	0,6153	0,6577	0,6436	0,6379	0,6328	0,6402	0,6560	0,6249
Média	0,5534	0,5490	0,5619	0,5492	0,5707	0,5946	0,5631	0,5870	0,5753	0,5804	0,5822	0,5810	0,5750	0,5740

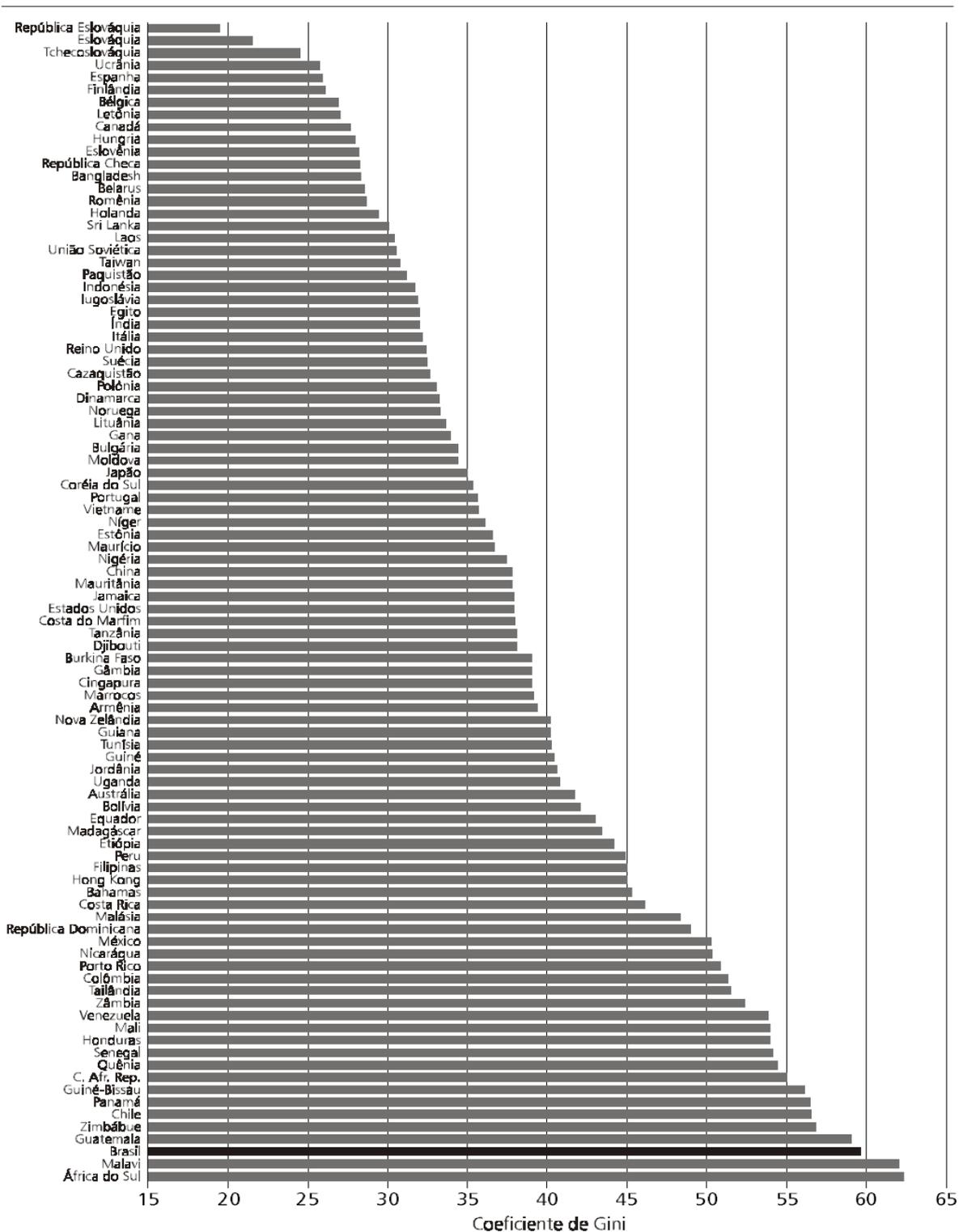
Fonte: IPEADATA - Elaborado pelo do autor.

Tabela 3: Evolução da desigualdade de renda - média das regiões brasileiras - coeficiente de Gini

	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001
NORTE	0,5075	0,5023	0,5188	0,4850	0,5137	0,5589	0,5332	0,5715	0,5446	0,5441	0,5506	0,5588	0,5558	0,5522
CENTRO-OESTE	0,5630	0,5684	0,5672	0,5804	0,5842	0,6183	0,5766	0,5781	0,5757	0,5952	0,5906	0,5861	0,5692	0,5867
SUDESTE	0,5737	0,5649	0,5751	0,5725	0,5807	0,5979	0,5485	0,5753	0,5751	0,5653	0,5669	0,5666	0,5596	0,5699
SUL	0,5559	0,5549	0,5520	0,5484	0,5629	0,5698	0,5430	0,5480	0,5605	0,5538	0,5509	0,5501	0,5548	0,5392
NORDESTE	0,5698	0,5624	0,5856	0,5679	0,6009	0,6146	0,5888	0,6206	0,6006	0,6120	0,6157	0,6096	0,6047	0,5948
Mínimo	0,5075	0,5023	0,5188	0,4850	0,5137	0,5589	0,5332	0,5480	0,5446	0,5441	0,5506	0,5501	0,5548	0,5392
Máximo	0,5737	0,5684	0,5856	0,5804	0,6009	0,6183	0,5888	0,6206	0,6006	0,6120	0,6157	0,6096	0,6047	0,5948
Média	0,5540	0,5506	0,5598	0,5508	0,5685	0,5919	0,5580	0,5787	0,5713	0,5741	0,5749	0,5743	0,5688	0,5686

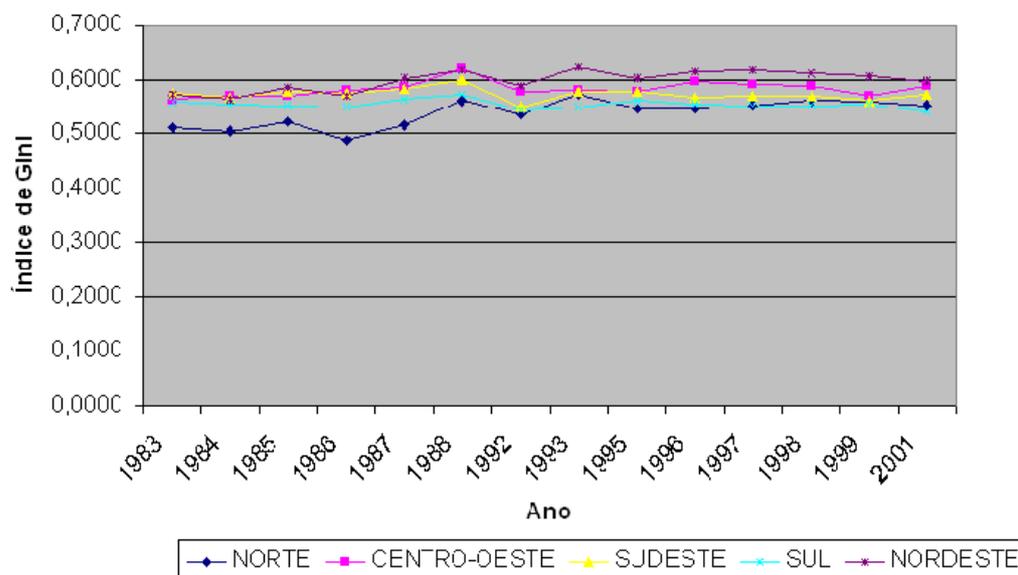
Fonte: IPEADATA - Elaborado pelo autor

Gráfico 1 - Grau de desigualdade de renda: coeficiente de Gini.



Fonte: Banco Mundial. PAES DE BARROS, et. al (2001).

Gráfico 2: Índice de Gini para as regiões brasileiras de 1983 a 2001.



Fonte: IPEADATA - Elaborado pelo autor.

Referências

BAGOLIN, I. P., PORTO JÚNIOR, S. S. **A desigualdade da distribuição da educação e crescimento no Brasil: índice de Gini e anos de escolaridade**, 2003.

BARBOSA FILHO, F. H e PESSOA, S. Educação, Crescimento e Distribuição de Renda: A Experiência Brasileira em Perspectiva Histórica. In: VELOSO, Fernando; PESSOA, Samuel; HENRIQUES, Ricardo e GIAMBIAGI, Fábio. (Orgs.). **Educação Básica no Brasil**. São Paulo: Elsevier Editora Ltda, 2009.

BARROS, R. P. de, HENRIQUES R., MENDONÇA, R. **Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil**. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, 2002.

BARROS, R. P. de, HENRIQUES, R., MENDONÇA, R. **A Estabilidade Inaceitável: Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, 2001.

BARROS, R. P. de, MENDONÇA, R. **Os determinantes da desigualdade no Brasil**. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, 1995.

- BARROS, R. P., REIS, J. G. A. **Desigualdade salarial e distribuição de educação: a evolução das diferenças regionais no Brasil.** *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, 1990.
- BENHABIB, SPIEGEL, M. **The roles of human capital in economic development: evidence from aggregate cross-country data.** *Journal of Monetary Economics*, 1994.
- BOWLES, S., HEBERT G., **The Problem with Human Capital Theory.** *American Economic Review*, LXV, 1975.
- BUENO, R. de L. da S., **Econometria de séries temporais.** São Paulo: Cengage Learning, 2008.
- CASTELLÓ, A., DOMÉNECH, R. **Human Capital Inequality and Economic Growth: Some New Evidence** *The Economic Journal*, 2002.
- HANUSHEK, E; KIMKO, D. **Schooling, Labor-Force Quality, and the Growth of Nations.** *The American Economic Review*, Vol.90, 2000.
- LAM, D., LEVISON, D. **O Declínio na Desigualdade da Escolaridade no Brasil e seus Efeitos na Desigualdade de Rendimentos.** *Brazilian Review of Econometrics*, 1990.
- LANGONI, C. G. **Distribuição de Renda e Crescimento Econômico do Brasil.** Ed. Expressão e Cultura, 1973.
- RAMOS, L. **Educação, desigualdade de renda e ciclo econômico no Brasil.** *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 1991.
- SCHWARTZMAN, S. **Risco Moral da Educação.** Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, 2001.
- SHORROCKS, A.F. **The class of additive decomposable inequality measures.** *Econometrica*, 1980.
- THOMAS, V; WANG, Y; FAN, X. **Measuring education inequality: Gini coefficients of education.** Policy Research Working Paper 2525, Washington DC: The World Bank, 2000.
- VELOSO, R. J. **Educação e desigualdade da renda urbana no Brasil: 1960/80** *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 1979.

*Recebido em 29/04/2013
Aprovado em 05/05/2013*